

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23477.011895/2026-54

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO CENTRALIZADA DE INSUMOS E ACESSÓRIOS DE TIC

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto o Registro de Preços para a aquisição de insumos e acessórios de TIC, com a finalidade de abastecer todos os Hospitais Universitários Federais (HUF) das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, pertencentes à Rede HU Brasil, por um período de **12 (doze) meses**, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A descrição resumida do objeto e a estimativa de aquisição constam no **Anexo II - Quantidade por HUF - TIC Atualizada (60314415)**, a descrição detalhada consta no **Anexo I - Descrição Detalhada do Objeto - TIC Atualizada (60314278)**, além das localidades dos hospitais pertencentes à rede HU Brasil, listadas no item 4.14, onde os licitantes poderão visualizar as seguintes informações:

- I - descrição detalhada;
- II - apresentação (unidade, etc..);
- III - código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;
- IV - código interno de padronização da empresa - Código HU Brasil, quando aplicável;
- V - código interno do Sistema de Controle de Estoque - Código AGHUX, quando aplicável;
- VI - quantidade estimada para cada UASG participante, quando aplicável;
- VII - quantidade estimada para UASG 155007 - HU Brasil - Administração Central, como Reserva Técnica, quando aplicável;
- VIII - informações relacionadas aos prazos e condições específicas de garantia;
- IX - itens de participação exclusiva de ME/EPP, quando aplicável.

1.3. Os itens listados no **Anexo I - Descrição Detalhada do Objeto - TIC (60314278)** enquadram-se como bens de natureza comum, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva mediante especificações usuais praticadas pelo mercado, nos termos do Anexo I, inciso X, do RCC 3.0.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a conveniência da HU Brasil, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantagem dos preços registrados.

1.5. A aquisição dos bens com preços registrados na ARP poderá ser realizada, de acordo com a conveniência da HU Brasil, mediante a formalização de:

- I - notas de empenho, em favor do fornecedor, para cada item e preço registrado em ARP;
- II - termos de contrato, que terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, de forma excepcional, mediante registro por simples apostila, nos termos do art. 192, § 2º, e do art. 206, inciso VII, ambos do RCC 3.0.

1.6. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, mediante registro por simples apostila e desde que registradas nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão do objeto, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade.

1.7. É dispensável a redução a termo do contrato, com sua substituição por documento equivalente nas contratações por escopo de bens das quais não resultem obrigações futuras, dentre as quais se incluem a assistência técnica, independentemente de seu valor, e nos casos em que a substituição por documento equivalente seja prática de mercado, nos termos do art. 194, incisos II e III, do RCC 3.0.

1.8. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, **prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência e Anexos.**

1.9. Informações complementares a este Termo de Referência constarão no Edital, na ARP e no Contrato.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A autorização da criação da HU Brasil se deu a partir da edição da Lei Federal nº 12.550, de 15 de Dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. Este processo trata da aquisição de insumos e acessórios de TIC para o atendimento direto aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, que são assistidos nos hospitais da rede HU Brasil.

2.3. Para a eficiência operacional administrativa da HU Brasil são necessários diversos materiais de consumo, inclusive aqueles relacionados a insumos e acessórios de tecnologia da informação e comunicação, já que a empresa atua em rede e, para isso, necessita de acesso permanente a sistemas de informação e plataformas institucionais que facilitem a realização do acesso a rede mundial de computadores, assim como de reuniões e condução de processos de trabalho à distância.

2.4. Assim, considerando a necessidade de se estabelecer padronização na Rede HU Brasil, bem como promover ganho de escala e eficiência na contratação, esta compra centralizada visa registrar preços para aquisição pelos HUFs e administração central, de insumos e acessórios de tecnologia da informação e comunicação que visem aumentar a capilaridade de realização de chamadas de áudio e vídeo, realizados por meio de telefones, equipamentos de videoconferências, tablets, teclado, mouse, memórias, cabos, dentre outros insumos e acessórios para tais finalidades.

2.5. Esta compra centralizada visa fornecer registros de preço para utilização nos HUFs, de acordo com a estimativa média de consumo destes insumos para o período de 12 (doze) meses.

2.6. A contratação em tela esteve prevista no Cronograma de Compras Centralizadas/Regionalizadas 2025 da Rede HU Brasil, sendo uma repetição de itens anteriormente fracassados e/ou desertos.

2.7. Conforme Portaria HU Brasil nº 8, de 9 de janeiro de 2019 (0766081), os gestores dos Hospitais Universitários Federais da Rede HU Brasil devem atuar com relativa autonomia administrativa para promover a execução logística de suas unidades hospitalares, executando processos locais de compras e de gestão orçamentária e financeira. No entanto, em prol do fortalecimento da Rede, a portaria orienta que as equipes das unidades hospitalares devem apoiar e participar dos processos de compras centralizadas conduzidos pela Administração Central da HU Brasil, como no caso em tela.

Regulamento de Compras e Contratações 3.0 da rede HU Brasil:

"Art. 246. Compras em rede são aquelas definidas pela Administração Central e Hospitais Universitários que caracterizam vantagem na contratação conjunta, com ganhos em escala e escopo, para manutenção e melhoria dos serviços assistenciais prestados no âmbito dos Hospitais Universitários sob gestão da Ebserh".

"Art. 248. Cabe à Administração Central conduzir compras centralizadas para firmar instrumentos conjuntos de contratação, bem como autorizar a condução de etapas do processo de compras centralizadas dos Hospitais Universitários".

"Art. 249. Cabe aos Hospitais Universitários a participação nos processos de compras centralizadas conduzidos pela Administração Central ou compras regionalizadas conduzidos por outro Hospital Universitário, evitando a abertura de processos individualizados para os mesmos produtos, salvo em situações excepcionais acordadas previamente com a Administração Central".

"Art. 250. A definição dos itens para compras centralizadas e/ou regionalizadas deve considerar os critérios de:

I - relevância dos valores do Item e/ou Grupo, a exemplo dos itens classificados na Curva ABC do Grupo de Medicamentos e de Materiais hospitalares;

II - itens estratégicos relacionados às linhas de cuidado prioritárias nos hospitais universitários;

III - maior atratividade junto ao mercado diante do volume a ser comprado;

IV - condição do item no mercado, tais como produção concentrada, déficit de abastecimento, grande discrepância de valores regionais, entre outros fatores;

V - logística de transporte, armazenamento e fornecimento;

VI - situações específicas e sazonais que podem impactar em desabastecimento;

VII - perspectiva de operação centralizada em macro ou microrregião de compra com possibilidades de ganho em escala;

VIII - perspectiva de melhoria da qualidade dos bens e regularidade no abastecimento;

IX - perspectiva de padronização de bens em rede, facilitando a gestão;

X - perspectiva de economicidade operacional com os processos de compra, gestão e monitoramento em Rede;

XI - adoção contínua de boas práticas de gestão de compras e troca de experiências e aprendizado em Rede;

Parágrafo único. Os itens contemplados nos processos de compras centralizadas devem constar no catálogo eletrônico padronizado de bens e insumos fornecidos pela Ebserh".

2.8. Esta contratação é essencial para os hospitais que integram a Rede HU Brasil. Isso visa garantir o funcionamento adequado das atividades organizacionais e o cumprimento da missão de promover de maneira integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do SUS.

2.9. No contexto do planejamento estratégico da HU Brasil, que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

I - **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.

II - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.

III - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

IV - **Pilares/Objetivos estratégicos**

a) **Sociedade:**

OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;

OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;

OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.

b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**

OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.

c) **Desenvolvimento institucional:**

OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública da HU Brasil.

d) **Sustentabilidade financeira:**

OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

2.10. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à finalidade institucional da HU Brasil e está alinhada à Política de Compras Centralizadas da empresa.

3. JUSTIFICATIVA PARA NOVA TENTATIVA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Registra-se que, no âmbito do processo licitatório anterior (PE 90070/2025) referente ao objeto de aquisição centralizada de Insumos e Acessórios de TIC (SEI nº 23477.000026/2025-13), determinados itens restaram fracassados, não havendo êxito na contratação.

3.2. Os itens que não obtiveram sucesso na primeira tentativa de licitação são os seguintes:

Item	Objeto	CATMAT
3	Cabo de rede 1,5 metros	472868
4	Cabo de rede 3 metros	367306
9	Equipamento de videoconferência para salas de médio porte	615859
12	Kit Raspberry Pi 5 16GB	621053
13	Memória RAM DDR4 DIMM 16GB	624339
14	Memória RAM DDR4 SODIMM 16GB	622838
18	SSD externo 2TB	602375
19	SSD NVMe 1TB	453979
20	SSD SATA III 500GB	479241
22	Suporte de teto articulado para TVs	417652
23	Tablet tipo 1	613323

3.3. Dessa forma, considerando a necessidade de atendimento das demandas institucionais e a continuidade dos serviços, faz-se necessária a realização de nova tentativa de contratação dos itens acima listados.

3.4. A presente contratação mantém como base a solução anteriormente definida, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar 63/2025 (60069178), com eventuais atualizações decorrentes do amadurecimento do planejamento, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, e a modalidade de Pregão Eletrônico, conforme previsto no Regulamento de Compras e Contratos 3.0 da Rede HU Brasil.

3.5. Assim, a nova tentativa de licitação busca assegurar a efetiva contratação dos itens fracassados, garantindo economicidade, competitividade e o adequado atendimento às necessidades das unidades hospitalares da rede HU Brasil.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A presente contratação tem por objetivo viabilizar, de forma clara, completa e operacionalizável, a aquisição centralizada de insumos e acessórios de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), necessários ao adequado funcionamento das unidades hospitalares da rede HU Brasil, assegurando segurança técnica, juridicidade, economicidade e continuidade assistencial.

- 4.2. A solução ora proposta foi estruturada com base no Estudo Técnico Preliminar 63/2025 (60069178), com eventuais atualizações decorrentes do amadurecimento do planejamento. A descrição detalhada dos itens encontra-se no Anexo I - Descrição Detalhada do Objeto (60178438), contendo especificações técnicas suficientes para atender às necessidades institucionais, sem restrições indevidas à competitividade.
- 4.3. A contratação se enquadra no modelo de compra centralizada, adotado pela HU Brasil, visando ganho de escala, padronização de itens, maior eficiência processual e racionalização dos procedimentos administrativos. Para a definição dos descritivos técnicos, foram consideradas especificações elaboradas pela área técnica, revisadas com base em contratações anteriores da rede e em análise comparativa com catálogos de mercado e práticas adotadas por outros órgãos públicos.
- 4.4. O descritivo técnico dos itens contempla, minimamente, código, descrição detalhada e, quando aplicável, grupo e subgrupo, garantindo clareza, padronização e aderência às necessidades da Administração.
- 4.5. A solução identificada para atendimento da demanda consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fundamento no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 e nas disposições do Regulamento de Compras e Contratações da HU Brasil (RCC), especialmente em razão das seguintes características:
- a) necessidade de contratações frequentes e continuadas;
 - b) conveniência de aquisições com entregas parceladas;
 - c) atendimento a múltiplas unidades hospitalares, no contexto de compras centralizadas.
- 4.6. Adicionalmente, o SRP mostra-se vantajoso por promover a racionalização dos processos licitatórios, reduzir custos administrativos, mitigar riscos de contratações emergenciais, garantir maior previsibilidade dos gastos e assegurar flexibilidade orçamentária, uma vez que a contratação efetiva ocorre conforme a necessidade da Administração.
- 4.7. O procedimento licitatório será conduzido por meio de Pregão Eletrônico, em portais públicos na internet, com critério de julgamento pelo menor preço unitário por item, visando à formalização de Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do RCC vigente.
- 4.8. Os quantitativos estimados para cada unidade hospitalar (UASG) estão previstos no Anexo II - Quantidade por HUF (60178458), tendo sido definidos com base no consumo médio mensal informado pelas unidades por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), projetado para um período de 12 (doze) meses, conforme processo SEI nº 23477.006131/2025-66. Foi ainda prevista uma reserva técnica de 30% do quantitativo destinada à Unidade Gestora da Sede da HU Brasil, para atendimento a demandas supervenientes da rede, conforme orientação da Diretoria de Administração e Infraestrutura.
- 4.9. Em conformidade com o art. 125, inciso III, do RCC, o planejamento das quantidades considerou a expectativa de consumo anual e a utilização provável dos itens, mediante técnicas quantitativas adequadas, de modo a assegurar estimativas fidedignas. Tal cuidado visa evitar distorções que possam comprometer o interesse de fornecedores em futuros certames, especialmente quando houver discrepância significativa entre o quantitativo estimado e o efetivamente contratado.
- 4.10. Ressalta-se que, em caso de divergência entre as especificações constantes no Edital e seus anexos e aquelas disponibilizadas no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão as disposições do Edital e seus anexos.
- 4.11. Por fim, considerando que já houve tentativa anterior de licitação para parte dos itens, sem êxito, e que a demanda encontra-se devidamente mensurada, o presente processo contempla nova tentativa de contratação, mantendo a modelagem adotada e indicando o quantitativo total estimado a ser registrado, com vistas a assegurar o pleno atendimento das necessidades institucionais.

4.12. **Modelo de Contratação**

- 4.12.1. As contratações da HU Brasil podem ser realizadas por meio dos seguintes arranjos organizativos:
- I - compra centralizada;
 - II - compra regionalizada;
 - III - compra individualizada.
- 4.12.2. Destaca-se que esta contratação se enquadra no modelo de compra centralizada.
- 4.12.3. Esta contratação adotou como base o descritivo técnico elaborado pela área técnica, com o objetivo de mitigar riscos operacionais, assegurar maior eficiência processual e alinhar-se às boas práticas de gestão. Para a consolidação das especificações, foram consideradas referências já utilizadas pela HU Brasil em contratações anteriores, as quais foram tecnicamente revisadas e aprimoradas mediante análise comparativa com catálogos de mercado e parâmetros adotados por outros órgãos públicos, conforme detalhado nos anexos deste Termo de Referência.
- 4.12.4. O descritivo definido pela área técnica tem a composição mínima dos seguintes elementos:
- I - código;
 - II - descrição detalhada;
 - III - grupo e subgrupo, no que couber.
- 4.12.5. A solução identificada para atendimento do objeto foi a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), a partir do enquadramento nas seguintes hipóteses do art. 93 do RCC 3.0:
- I - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas e regionalizadas;
- 4.12.6. Observando ainda os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, o SRP se torna mais vantajoso pelas seguintes razões:
- I - racionalização dos procedimentos licitatórios, reduzindo o número de processos e custos administrativos;
 - II - mitigação de riscos de contratações emergenciais, decorrentes de oscilações de demanda ou atrasos no fornecimento;
 - III - promoção de preços previamente registrados por ao menos 12 (doze) meses, garantindo previsibilidade e controle do gasto público.
 - IV - manutenção da flexibilidade orçamentária, uma vez que a contratação efetiva ocorre apenas quando houver necessidade e disponibilidade financeira.
- 4.12.7. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de SRP, por item, critério de julgamento menor preço unitário, nos termos do RCC 3.0, objetivando a assinatura de ARP, que permitirá as contratações pelas unidades participantes.
- 4.12.8. Considerando que não se trata da primeira licitação para aquisição do objeto, e que é possível mensurar a demanda, o registro de preços indicará o total do quantitativo a ser adquirido.

4.13. **Os dados relacionados ao órgão gerenciador são:**

Macrorregião	UG	Descrição	UF	Sigla UF	Endereço de Entrega
Centro-oeste	155007	HU BRASIL	DF	HU BRASIL	SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 2º andar - Asa Sul- Brasília-DF, CEP 70308-200.

4.14. **Os dados relacionados aos órgãos participantes são:**

#	Região	Estado	Município	UASG/UG	HUF	Sigla	UF	UF	Endereço	Prazo de entrega (dias corridos)
1	Norte	Amazonas	Manaus	155018	Hospital Universitário Getúlio Vargas	HUGV-UFAM	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Av. Apurina nº 4; Bairro Praça 14 de Janeiro; Manaus - AM; CEP: 69020170	45

2	Norte	Tocantins	Araguaína	155905	Tropicais	HDT-UFT	Tocantins	UFT	St. Anhanguera, Araguaína - TO, 77803-120	45
3	Norte	Pará	Belém	155909	Complexo Hospitalar da UFPA	CH-UFPA	Universidade Federal do Pará	UFPA	Rua dos Mundurucus, 4487; Bairro Guamá; Belém - PA; CEP: 66073-000	45
4	Norte	Amapá	Macapá	156956	Hospital Universitário do Amapá	HU-UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Rodovia Juscelino Kubitscheck , S/N, Hospital Universitário - Bairro Universidade Macapá-AP, CEP 68.903-419 (Ponto de referência: rua do estádio "Zerão")	45
5	Norte	Roraima	Boa Vista	157249	Hospital Universitário de Roraima	HU-UFRR	Universidade Federal de Roraima	UFRR	ENDEREÇO: AVENIDA NAZARÉ FILGUEIRAS Nº 2096 - BAIRRO: DR. SILVIO BOTELHO - RORAIMA - RR. - CEP: 69.314-550.	45
6	Nordeste	Piauí	Teresina	155008	Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí	HU-UFPI	Universidade Federal do Piauí	HUPI	Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, s/n, SG 07; Bairro: Ininga; Teresina - PI; CEP: 64.049-550	30
7	Nordeste	Maranhão	São Luís	155010	Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão	HU-UFMA	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Unidade Presidente Dutra; Rua Barão de Itapary, nº 227; Bairro: Centro; São Luís - MA; CEP: 65020-070	30
8	Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	155013	Hospital Universitário Onofre Lopes	HUOL-UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Av. Nilo Peçanha nº 620; Bairro: Petrópolis; Natal - RN; CEP: 59012-300	30
9	Nordeste	Rio Grande do Norte	Santa Cruz	155014	Hospital Universitário Ana Bezerra	HUAB-UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Praça Tequinha Farias nº 13; Santa Cruz - RN; Cep: 59200-000	30
10	Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	155015	Maternidade Januário Cicco	MEJC-UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Av. Nilo Peçanha nº 259; Petrópolis; Natal - RN; CEP: 59012-300	30
11	Nordeste	Sergipe	Aracaju	155017	Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe	HU-UFS	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Rua Cláudio Batista, s/n; Bairro Cidade Nova; Aracaju - SE; CEP: 49060-108	30
12	Nordeste	Ceará	Fortaleza	155020	Complexo Hospitalar da UFC	CH-UFC	Universidade Federal do Ceará	UFC	R. Pastor Samuel Munguba, 1290 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - CE, 60430-372	30
13	Nordeste	Pernambuco	Recife	155022	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco	HC-UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Av. Professor Moraes Rego nº 1235; Bairro: Cidade Universitária; Recife - PE; CEP: 50670-901	30
14	Nordeste	Paraíba	João Pessoa	155023	Hospital Universitário Lauro Wanderley	HULW-UFPB	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Cidade Universitária, s/n Campus I; Cidade Universitária; João Pessoa - PB; CEP: 58.059-900	30
15	Nordeste	Alagoas	Maceió	155126	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	HUPAA-UFAL	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Av. Lourival Melo Mota, s/n; Bairro: Tabuleiro do Martins; Maceió - AL; CEP:57072-900	30
16	Nordeste	Pernambuco	Petrolina	155180	Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros	HU-UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Rua José de Sá Maniçoba, s/n Bloco 01; Bairro: Centro; Petrolina - PE; CEP: 56304-205	30
17	Nordeste	Bahia	Salvador	155906	Maternidade Climerio de Oliveira	MCO-UFBA	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Rua do Limoeiro nº 37; Bairro: Nazaré; Salvador - BA; CEP: 40055-150	30
18	Nordeste	Bahia	Salvador	155907	Hospital Universitário Prof. Edgard Santos	HUPES-UFBA	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Rua Augusto Viana, s/n; Bairro: Canela; Salvador - BA; CEP: 40110-060	30
19	Nordeste	Sergipe	Lagarto	155910	Hospital Universitário de Lagarto	HUL-UFS	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Av. Brasília, 49400; Lagarto - SE; Bairro Santa Terezinha; CEP: 49400-000	30
20	Nordeste	Paraíba	Cajazeiras	155912	Hospital Universitário Júlio Bandeira	HUJB-UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	Av. José Rodrigues Alves, 305; Cajazeiras - PB; Bairro Edmilson Cavalcante; CEP: 58900-000	30
21	Nordeste	Paraíba	Campina Grande	155914	Hospital Universitário Alcides Carneiro	HUAC-UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	R. Carlos Chagas, s/n; Bairro São José;Campina Grande - PB; CEP: 58460-398	30
22	Centro-oeste	Distrito Federal	Brasília	155009	Hospital Universitário de Brasília	HUB-UnB	Universidade Federal de Brasília	UNB	SGAN 605 - Av. L2 Norte; Brasília - DF; CEP: 70.830-200	30
23	Centro-oeste	Distrito Federal	Brasília	155007	HU Brasil - Sede	HU Brasil			SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 2º andar - Asa Sul- Brasília-DF, CEP 70308-200	30
24	Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	Grande Dourados	155016	Hospital Universitário da Universidade Federal de Grande Dourados	HU-UFGD	Universidade Federal de Grande Dourados	UFGD	Rua Ivo Alves da Rocha nº 558; Bairro: Altos do Indaiá; Dourados - MS; CEP: 79823-501	30
25	Centro-oeste	Mato Grosso	Cuiabá	155019	Hospital Universitário Júlio Muller	HUJM-UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	Rua Luis Philippe Pereira Leites s/n; Bairro Alvorada; Cuiabá - MT; CEP 78048-902	30
26	Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	155124	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	HUMAP-UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFGD	Av. Senador Filinto Muller nº 335; Bairro Cidade Universitaria Vila Ipiranga; Campo Grande - MS; CEP:79080-190	30
Termo de Referência - SEI 60317319					SEI 23477.011605/2019 - 04/10/2019					
					Primeira Avenida, s/nº; Bairro: Setor Leste Universitário; Goiânia - GO					

27	Centro-oeste Goiás		Goiânia	155904	Hospital Universidade Federal do Goiás	HC-UFG	Federal do Goiás	UFG	GO; CEP: 74605-020	30
28	Sul	Rio Grande do Sul	Santa Maria	155125	Hospital Universitário de Santa Maria	HUSM-UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Av. Roraima Prédio 22, Campos; Bairro: Camobi; Santa Maria - RS; CEP: 97105-900	30
29	Sul	Rio Grande do Sul	Pelotas	155901	Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas	HE-UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	Rua Professor Araújo, 538; Pelotas - RS; CEP: 96020-360	30
30	Sul	Paraná	Curitiba	155902	Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná	CH-UFPR	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Rua General Carneiro, 181; Bairro: Alto da Glória; Curitiba - PR; CEP: 80.060-900	30
31	Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande	155908	Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio Grande	HU-FURG	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	R. Visc. De Paranaguá, 102; Bairro: Centro; Rio Grande - RS; CEP: 96.200-330	30
32	Sul	Santa Catarina	Florianópolis	155913	Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	HU-UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Rua Professora Maria Flora Pausewang, s/nº; Bairro: Trindade; Florianópolis - SC; CEP 88036-800	30
34	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	157243	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ	CH-UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco, 255 Cidade Universitária CAF quarto andar; Rio de Janeiro - RJ; CEP 21941-617	30
36	Sudeste	Minas Gerais	Uberaba	155011	Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	HC-UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Rua Getúlio Guaritá nº 130; Bairro: Abadia; Uberaba - MG; CEP: 38025-44	30
37	Sudeste	Espírito Santo	Vitória	155012	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	HUCAM-UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Av. Marechal Campos nº 1355; Bairro: Maruípe; Vitória - Espírito Santo; CEP: 29043-260	30
38	Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	155021	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais	HC-UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Av. Professor Alfredo Balena nº 110; Bairro: Santa Efigênia; Belo Horizonte - MG; CEP: 30130-100	30
39	Sudeste	São Paulo	São Carlos	155900	Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos	HU-UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	Rua Luiz Vaz de Camões, 111; Bairro: Vila Celina; São Carlos - SP; CEP: 13566-448	30
40	Sudeste	Minas Gerais	Juiz de Fora	155903	Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	HU-UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Rua Catulo Breviglieri s/nº; Bairro: Santa Catarina; Juiz de Fora - MG; CEP: 36036-110	30
41	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	155911	Hospital Universitário Gafreé Guinle	HUGG-Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	R. Mariz e Barros, 775; Rio de Janeiro - RJ; Bairro Tijuca; CEP:20270-004	30
42	Sudeste	Rio de Janeiro	Niterói	155915	Hospital Universitário Antônio Pedro	HUAP-UFF	Universidade Federal Fluminense	UFF	Rua Marques de Paraná, 303; Bairro: Centro; Niterói - RJ; CEP: 24033-900	30
43	Sudeste	Minas Gerais	Uberlândia	156654	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	HC-UFU	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Avenida Amazonas, 2210; Bairro: Umuarama; Uberlândia - MG; CEP: 38400-902	30
44	Sudeste	Minas Gerais	Divinópolis	157601	Hospital Universitário de São João del-Rei	HU-UFSJ	Universidade Federal de São João del- Rei	UFSJ	Rua Sargento Henrique Loureiro dos Santos, S/N, Bairro Realengo. CEP: 35501-386	30
45	Centro-oeste Goiás		Catalão	157602	Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão	HU-UFCAT	Universidade Federal de Catalão	UFCAT	Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, Lot. Ipanema. CEP: 75704-020	30

4.15. Estudo Técnico Preliminar e Análise de Riscos

4.15.1. O RCC 3.0, especificamente em seu art. 20, diz que o planejamento de cada contratação consistirá na instrução de processo administrativo contendo documentação capaz de materializar as seguintes etapas:

- I - estudo técnico preliminar;
- II - pesquisa de preços;
- III - termo de referência; e
- IV - gerenciamento de riscos.

4.15.2. Nesse sentido, o Estudo Técnico Preliminar e o Gerenciamento de Riscos estão registrados por meio do Estudo Técnico Preliminar 63/2025 (60069178) e da Análise de Riscos (60317370) deste Termo de Referência - TR, sendo dispensado como anexo do instrumento convocatório, conforme art. 27

4.16. Ciclo de Vida do Objeto

4.16.1. O ciclo de vida do objeto se inicia com a fase do planejamento, em que é realizada uma avaliação detalhada da necessidade e especificações técnicas dos itens a serem adquiridos. Adicionalmente, é realizada a análise do impacto econômico, social e ambiental do bem.

4.16.2. Em seguida, ocorre a programação e a aquisição, nas quais são definidas as quantidades e periodicidades de fornecimento com base em dados históricos de consumo, indicadores de estoque e previsão de demanda futura.

4.16.3. A etapa posterior envolve a gestão de almoxarifados, contemplando os processos recebimento, armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos materiais, garantindo condições adequadas de conservação e rastreabilidade, conforme a legislação vigente. A logística deverá assegurar o atendimento contínuo da HU Brasil, bem como o controle de lotes e validade dos produtos, mitigando o risco de perdas, quando necessário.

4.16.4. Durante a utilização e controle de consumo dos produtos são realizados o monitoramento das movimentações, promovendo o uso racional e eficiente dos materiais.

4.16.5. O ciclo se encerra com o descarte dos produtos vencidos ou inutilizados, em conformidade com a legislação vigente, assegurando a destinação final ambientalmente correta e o cumprimento das normas sanitárias.

4.16.6. Dessa forma, a solução proposta pela HU Brasil engloba um processo planejado, padronizado e sustentável, garantindo a disponibilidade regular de produtos para saúde essenciais, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

4.17. Publicação de Intenção de Registro de Preço

4.17.1. Diante do fato de que este processo busca comprar itens anteriormente fracassados e/ou desertos, não será publicada Intenção de Registro de Preços, sendo aproveitados os quantitativos anteriormente preenchidos pelos Hospitais, além do preenchimento dos quantitativos para os hospitais recém-integrados à rede HU Brasil.

4.18. Consulta a Intenções de Registros de Preços Abertas

4.18.1. O RCC 3.0, em seu art. 97, § 2º, prevê que, nos processos de aquisição de bens e serviços pela Administração Central e pelos Hospitais Universitários, a EPC deverá se manifestar sobre a conveniência de participação nas IRPs abertas no Sistema de Compras do Governo Federal.

4.18.2. A HU Brasil possui complexidade em suas operações de aquisições e logística, dada a sua composição como rede de hospitais federais e o grande fluxo de aquisições e contratação de bens, em que há situações em que a sua participação exclusiva no registro de preços melhor atende ao interesse público.

4.18.3. Nesse contexto, as áreas técnicas, tanto da Administração Central quanto dos HUFs, apontam que a organização dos objetos dos registros de preços passa por diversas variáveis, inclusive não assistenciais, como:

- I - padronizações;
- II - ganhos de escala;
- III - economicidade;
- IV - tipos de empresas que comercializam;
- V - complexidade de avaliação técnica;
- VI - solução de compra;
- VII - modelos de aquisição.

4.18.4. Portanto, é justificada a não realização de consultas a IRPs em andamento, nas situações em que a participação exclusiva da HU Brasil no registro de preços melhor atender ao interesse público, em razão, por exemplo, das seguintes circunstâncias:

- I - melhor monitoramento de prazos de vigências dos processos;
- II - melhor controle de saldos de atas de registros de preços e/ou contratos;
- III - redução do número de processos e otimização nos demais aspectos relacionados à gestão atas de registros de preços e/ou contratos;
- IV - maior congruência dos objetos, o que amplia os percentuais de sucesso nas contratações;
- V - redução do número de processos e de demanda às áreas de compras e licitações e, por consequência, redução do custo administrativo relacionado à gestão contratual, em razão da reunião de diversos itens em única licitação.

4.18.5. Ao assim proceder, a Rede HU Brasil racionalizará procedimentos e processos administrativos, com a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais para as finalidades almejadas, gerando ganhos sociais oriundos da adoção de medidas de desburocratização e, por consequência, prestigiando, dentre outros, os princípios da eficiência e da economicidade.

4.18.6. Diante do exposto, conclui-se que, para atendimento da demanda da HU Brasil, buscando a racionalização de procedimentos, processos administrativos e o melhor uso do poder de compra da Rede HU Brasil, para contratação em questão, não será realizada consulta a IRPs em andamento, optando por instrução de processo próprio.

4.19. Adesão à Ata de Registro de Preços

4.19.1. Será permitida a Adesão às ARPs oriundas desta contratação, durante sua vigência, para os seguintes órgãos que não tenham participado na origem do processo licitatório:

- I - Hospitais vinculados à Rede HU Brasil;
- II - Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior durante o período de transição de gestão para a HU Brasil;
- III - Qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016.

4.19.2. Justifica-se a permissão de adesão às ARPs para auxiliar os não participantes a adquirirem produtos já licitados, garantindo o melhor preço proposto, nos casos de urgência e emergência, em que há necessidade de aquisição de forma mais rápida e ágil, mesmo não tendo participado na origem do certame. Ainda mais, a realização de adesão possibilita a redução de processos burocráticos e tende a restringir a realização de contratações diretas.

4.19.3. A possibilidade de adesão visa mitigar riscos de impossibilidade de compras ocasionados por licitações fracassadas, rescisões contratuais, aplicação de sanções a fornecedores, entre outros.

4.19.4. No caso de Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, durante o período de transição de gestão para a HU Brasil, o processo de adesão pode ser uma solução estratégica, considerando as dificuldades relacionadas ao planejamento de aquisições, principalmente pela ausência de histórico de demanda. Além de aproveitar a experiência e estrutura de outras unidades da HU Brasil, diante da inexistência em sua fase inicial de processos licitatórios próprios e da urgência em manter a regularidade do atendimento à população, a adesão permite aproveitar condições previamente negociadas, com preços competitivos e fornecedores habilitados, reduzindo o tempo e os custos administrativos envolvidos.

5. ESTIMATIVA DE DEMANDA**5.1. Cálculo da Demanda**

5.1.1. O cálculo da demanda foi realizado em conformidade com o art. 120, III, do RCC 3.0, que determina a utilização de métodos quantitativos para estimar as quantidades necessárias, garantindo racionalidade, precisão e economicidade no planejamento.

5.1.2. Para definição das quantidades estimadas, adotaram-se as seguintes práticas:

- 5.1.2.1. análise do histórico de uso e aquisição dos últimos exercícios, permitindo identificar padrões, sazonalidades e variações assistenciais.
- 5.1.2.2. levantamento da demanda anual projetada pela área assistencial e administrativa, considerando expansão de serviços, novos ambientes e aumento da capacidade instalada.
- 5.1.2.3. mapeamento da vida útil dos bens existentes, identificando itens que necessitam substituição por desgaste, obsolescência ou risco

operacional.

5.1.2.4. avaliação da demanda reprimida, decorrente de limitações estruturais ou falta de equipamentos adequados nos períodos anteriores.

5.1.2.5. conciliação com o Plano Anual de Compras (PAC) e demais instrumentos de planejamento institucional.

5.2. Reserva Técnica

5.2.1. A HU Brasil é a maior rede de hospitais públicos do Brasil, tendo uma sede, como órgão central da empresa, e dezenas de Hospitais Universitários Federais - HUFs vinculados, e vem promovendo uma expansão muito representativa e contínua de sua rede, com a previsão de chegar em 60 unidades hospitalares em até 5 anos. Nesse sentido, as contratações da HU Brasil podem prever uma Reserva Técnica para todos os itens licitados, a fim de possibilitar o atendimento dos demais hospitais que fazem parte da Rede, caso necessário, inclusive para aqueles que se encontram em processo de transição de gestão.

5.2.2. A Reserva Técnica corresponderá no máximo a 20% do total do quantitativo inicialmente estimado para a contratação, com vistas a atender a demanda variável da HU Brasil, já que a empresa mantém constantemente reformas e ampliações em sua estrutura. O procedimento metodológico para o cálculo da Reserva Técnica é:

Cálculo de Reserva Técnica:

$RT = (Q \cdot 1,30)$

RT = reserva técnica

Q = demanda estimada para contratação

fator de demanda variável - 1,30

5.3. Quantitativo Total da Contratação

5.3.1. O quantitativo total da contratação será o somatório do quantitativo inicialmente estimado para a contratação e do quantitativo previsto para Reserva Técnica, conforme Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto, observando o procedimento metodológico abaixo:

Cálculo do Quantitativo total da Contratação:

$QT = Q + RT$

QT = quantitativo total da contratação

Q = demanda estimada para contratação

RT = reserva técnica

5.3.2. Para fins operacionais, toda reserva técnica será atribuída a UASG da HU Brasil Sede, que irá compor a contratação como órgão participante e será responsável por atender as demandas da Rede HU Brasil, para as unidades não participantes do processo licitatório.

5.3.3. Os quantitativos relacionados à Reserva Técnica poderão ser entregues, conforme a conveniência da HU Brasil, no endereço de cada HUF participante, ou, quando houver anuência do fornecedor, diretamente aos demais hospitais da Rede.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Critérios de Sustentabilidade

6.1.1. Nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

I - Embalagens e materiais:

- a) Dar preferência a produtos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil separação de componentes;
- b) Utilizar embalagens com volume mínimo necessário, reduzindo o uso de insumos e o impacto no descarte;
- c) Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais).

II - Produção e origem dos produtos:

- a) Priorizar produtos de empresas com boas práticas de fabricação e regularizados junto à Anvisa, quando aplicável, que atendam as exigências sociais, ambientais e econômicas, em conformidade com os normativos pertinentes. Devem ser observadas durante a produção medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e que reduzam a emissão de poluentes nos processos industriais;
- b) Estimular a aquisição de produtos produzidos com matérias-primas de origem legal e sustentável, observando o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

III - Logística e transporte:

- a) Sempre que possível, utilizar logística reversa ou sistemas de recolhimento dos bens inservíveis;
- b) O transporte e armazenamento dos produtos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária.

IV - Gestão e destinação final:

- a) Os bens devem ser utilizados de forma consciente, evitando desperdícios;
- b) O descarte dos bens e embalagens deve garantir a destinação ambientalmente adequada.

V - Aspectos sociais e institucionais:

- a) Incentivar o cumprimento de normas trabalhistas e de segurança;
- b) Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

6.2. Apresentação da Proposta

6.2.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em anexo, contendo as seguintes informações:

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;

II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;

III - Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;

IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;

V - Dados bancários da empresa, como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF);

VI - Descrição detalhada de cada produto, constando todas as especificações técnicas, dentre elas sua funcionalidade, suas características físicas, elétricas e de desempenho, bem como demais informações necessárias para demonstrar as características do bem;

VII - Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total;

VIII - Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem;

IX - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;

X - Certificado de Marca de Conformidade para os produtos ofertados emitido pela ABNT ou Laudo Técnico de Ensaio de laboratório acreditado pelo Inmetro, de atendimento à NBR, quando aplicável, visando assegurar que os produtos ofertados atendam aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho e conformidade técnica estabelecidos pelas normas brasileiras (NBR), prevenindo nos Hospitais sob gestão da HU Brasil os riscos operacionais, a fim de garantir a compatibilidade com a infraestrutura existente e reduzir a probabilidade de aquisição de itens que não atendam aos padrões necessários para o uso dentro de uma Unidade Hospitalar.

XI - Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas;

XII - Declaração em que conste o endereço de assistência técnica à solução, bem como o número telefônico e *e-mail* para chamados técnicos, quando aplicável;

6.2.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

6.2.3. Fica facultado à HU Brasil solicitar, mediante diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição acidental, dentre outros, quando aplicáveis.

6.2.4. Não serão admitidas nem aceitas ofertas de produtos com especificações diversas das originalmente solicitadas neste Termo de Referência.

6.3. Requisitos técnicos do produto

6.3.1. Serão solicitados atestados e demais documentos comprobatórios, para cada item, conforme informações contidas no Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto, devendo conter nome, endereço, assinatura legível, cargo na empresa e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a HU Brasil possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

6.4. Pré-qualificação permanente

6.4.1. A pré-qualificação é um procedimento auxiliar das contratações da HU Brasil e não substitui o procedimento licitatório.

6.4.2. O procedimento de pré-qualificação fica permanentemente aberto para a inscrição de interessados.

6.4.3. Informações sobre o processo de pré-qualificação permanente podem ser acessadas no endereço eletrônico hubrasil.gov.br.

6.4.4. Fornecedores e bens pré-qualificados no âmbito da HU Brasil poderão ser dispensados de apresentação de documentos neste processo licitatório.

6.4.5. Os bens e os serviços pré-qualificados irão compor o Banco de Produtos Qualificados da HU Brasil.

6.4.6. A pré-qualificação terá validade de até 12 (doze) meses, limitada à validade dos documentos apresentados pelo interessado, podendo ser renovada mediante solicitação do fornecedor ou da HU Brasil, com a comprovação e atualização de documentos.

6.4.7. Esse processo licitatório não será exclusivo para licitantes ou bens pré-qualificados.

6.5. Marcas

6.5.1. Não há indicação de marcas para o objeto desta licitação.

6.6. Amostras

6.6.1. A HU Brasil exigirá amostra ou prova de conceito do bem para avaliação técnica.

6.6.2. A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Termo de Referência. Com isso, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade com a especificação solicitada, isto é, apresentar as características físicas adequadas; desempenho técnico; atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto.

6.6.3. A amostra não será exigida nas seguintes hipóteses:

a) quando o Catálogo Técnico dos produtos da HU Brasil for suficiente para análise do produto ofertado;

b) quando a marca estiver pré-qualificada e/ou incluída no Banco de Produtos Qualificados da HU Brasil;

c) quando o produto tiver histórico de uso, por meio de execução de Atas de Registros de Preços (ARPs) e/ou Contratos já executados na Rede HU Brasil, com informações suficientes para análise de conformidade técnica do produto ofertado;

d) quando verificada a inexistência de histórico de notificações internas na Rede HU Brasil por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências, com informações suficientes para análise de conformidade técnica do produto ofertado.

6.6.4. O procedimento de avaliação de amostras objetiva verificar a conformidade e compatibilidade de desempenho do produto ou marca ofertados com o descritivo ou especificação técnica constantes no Termo de Referência, de modo a assegurar a qualidade dos produtos adquiridos, mitigar os riscos assistenciais, zelar pela segurança dos pacientes e dos profissionais, além de garantir o uso eficaz dos recursos públicos.

6.6.5. Nos certames realizados por Pregão, em que a avaliação de amostras se fizer necessária, esta deve ser exigida somente na fase de classificação e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a etapa de lances, devendo ser precedida da análise preliminar dos documentos técnicos e de habilitação.

6.6.6. A entrega das amostras deverá ser realizada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação, podendo o prazo ser prorrogado quando for apresentada justificativa, desde que em tempo hábil, sendo necessário o aceite da HU Brasil.

6.6.7. A quantidade de amostras deverá ser de **1 (uma) unidade por item** e deverá ser entregue e montada no seguinte endereço: SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 2º andar - Asa Sul- Brasília-DF, CEP 70308-200, no horário das 09:00 às 12:00 e 14:00 às 16:00.

6.6.8. No caso de solicitação de amostra para validação técnica, como condição mínima exigida para a realização da demonstração cabe às empresas:

6.6.8.1. Fornecer todos os acessórios, consumíveis e componentes necessários ao correto funcionamento do bem durante a avaliação, quando necessário;

6.6.8.2. Após o recebimento da solicitação, o licitante deverá enviar a previsão de entrega das amostras em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico: pregao@ebserh.gov.br, contendo:

a) código de rastreamento;

b) licitação: número da licitação e do item a que se refere;

c) fornecedor: nome, CNPJ, telefone e correio eletrônico;

d) representante: nome, telefone e correio eletrônico.

e) prazos: data do envio e data prevista da entrega.

f) manifestação de interesse em acompanhar avaliação técnica da amostra.

6.6.9. As amostras colocadas à disposição da HU Brasil serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas, desmontadas ou instaladas pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectadas a equipamentos e submetidas aos testes necessários.

6.6.10. O prazo para análise das amostras por parte da equipe técnica é de **5 (cinco) dias** úteis a contar do recebimento do material.

6.6.11. Se houver mais de um bem para avaliação, a área técnica poderá estabelecer cronograma específico, assegurando que todas as soluções sejam analisadas de forma equânime pela equipe responsável.

6.6.12. Caso necessário, a HU Brasil se reserva o direito de realizar diligências e de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, peças e acessórios complementares, possíveis adequações, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no Termo de Referência.

6.6.13. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências e/ou não conformidades no produto a ser adquirido, por meio da amostra, quando esta é exigida.

6.6.14. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras serão arquivados e poderão subsidiar avaliações dos processos licitatórios futuros.

6.6.15. A análise da amostra será registrada por meio de Parecer Técnico.

6.6.16. A não realização dos testes dentro do prazo, por motivos atribuíveis à licitante, tais como falhas no bem, indisponibilidade de instalação, ausência de acessórios ou impossibilidade de operação adequada, implicará desclassificação da proposta para o item correspondente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.6.17. Os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão solicitá-las no endereço eletrônico pregao@ebserh.gov.br, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após serem informados sobre o resultado da análise das mesmas.

6.6.18. A amostra que tiver a embalagem violada para teste não será devolvida ao licitante, sendo considerada como doação.

6.6.19. As amostras solicitadas pelos proponentes deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias corridos no endereço onde foram entregues, a contar da data de solicitação de devolução.

6.6.20. A amostra não retirada no prazo estabelecido sujeitará os bens a descarte ou aproveitamento, sem direito a ressarcimento.

6.7. Garantia de execução

6.7.1. Não haverá exigência da garantia de execução, nos termos do art. 185 do RCC 3.0, pelas razões abaixo justificadas:

6.7.1.1. Pronta entrega e pagamento: por se tratar de aquisição de bens de pronta entrega e pagamento, o risco de inadimplemento é mínimo. A dinâmica dessa contratação - caracterizada pela imediatidade da entrega e pelo pagamento realizado após a efetiva satisfação da obrigação oferece à HU Brasil mecanismos naturais de proteção, tornando desnecessária a exigência de garantia adicional.

6.7.1.2. Ausência de complexidade: a presente aquisição não apresenta características de elevada complexidade técnica que justifiquem a exigência de garantia contratual. Tratando-se de simples fornecimento de bens, cujas obrigações são passíveis de cumprimento ordinário sem maior risco de inadimplemento, não há necessidade de proteção patrimonial adicional à HU Brasil.

6.7.1.3. Princípio da economicidade: a exigência de garantia de execução impõe custos adicionais aos licitantes, que necessariamente repercutem nas propostas financeiras apresentadas. Esses custos - relativos a comissões, prêmios de seguro e taxas administrativas - seriam inevitavelmente repassados à HU Brasil, elevando o preço final da aquisição. Considerando que o certame busca a melhor relação custo-benefício, prescindir dessa exigência alinha-se ao dever de economicidade que norteia as contratações públicas.

6.7.1.4. Ampliação da competitividade: a supressão da garantia de execução reduz as barreiras de entrada para participação no certame, especialmente para pequenos fornecedores que enfrentam dificuldades na obtenção e custeio dessa garantia. Essa medida contribui para expansão do universo de interessados, favorecendo a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

6.8. Garantia do produto

6.8.1. Será exigida garantia dos bens fornecidos na presente contratação, com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a HU Brasil.

6.8.1.1. A CONTRATADA deverá prestar Garantia dos Equipamentos pelo período mínimo especificado caso a caso, a partir da emissão do Termo de Recebimento, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses nos casos de ausência de previsão de garantia no descritivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, materiais e funcionamento.

6.8.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido para o item, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.8.1.3. A garantia contratual para os bens será contada a partir da assinatura do Termo de Recebimento pela HU Brasil.

6.8.1.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no instrumento contratual, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após expirada a vigência.

6.8.1.5. A garantia extingue-se automaticamente ao término dos prazos mencionados neste Termo de Referência.

6.8.2. As obrigações de garantia do fornecedor não eximem a responsabilidade pela qualidade e conformidade dos bens com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência e demais dispositivos legais aplicáveis.

6.8.3. O fornecedor deverá assinar e enviar junto com a nota fiscal o Termo de Garantia, sem prejuízos de eventuais aplicações de penalidades em caso de descumprimento das condições pactuadas.

6.8.4. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do fornecedor.

6.8.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela próprio fornecedor, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas, respeitados os Manuais de Operação e Manuais de Serviço do respectivo fabricante.

6.8.6. Durante todo o período de vigência da garantia, ficará o fornecedor responsável por vícios e/ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos, peças, acessórios e componentes, ou defeitos da criação de algoritmos de software/firmware, obrigando-se a reparar o dano e substituição que for necessária, sem ônus à HU Brasil.

6.8.7. Os bens, peças, acessórios e componentes que apresentarem vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, bem como com defeitos da criação de algoritmos de software/firmware no período de vigência da garantia, deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.

6.8.8. Todas as partes, peças, acessórios, componentes e *softwares* dos bens, exceto consumíveis de uso único, estarão sujeitas ao mesmo período de garantia dos equipamentos, desde que não tenham sido danificados por imprudência, devendo o fornecedor proceder com a substituição, sem ônus à HU Brasil.

6.8.9. Uma vez notificada, o fornecedor realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da HU Brasil ou pela assistência técnica autorizada.

6.8.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do fornecedor, com a anuência da HU Brasil.

6.8.11. Na hipótese do subitem acima, o fornecedor deverá disponibilizar bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela HU Brasil, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.

6.8.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento à HU Brasil ou a apresentação de justificativas pelo o fornecedor, fica a HU Brasil autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do fornecedor o reembolso pelos respectivos custos, sem que tal fato gere a perda da garantia dos bens.

6.8.13. Caso os bens venham a ser substituídos por outros novos, o prazo de garantia sobre o novo bem deverá ser contado a partir da data de substituição.

6.8.14. A garantia deverá ser prestada preferencialmente no local onde o bem foi instalado ou está localizado, porém, caso seja necessário o envio do item para manutenção em outro local, todos os custos deverão ficar a cargo do fornecedor.

6.9. Critérios de Avaliação Técnica

6.9.1. Conforme o art. 122 do RCC 3.0, o Parecer Técnico será realizado por empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na HU

Brasil, e as propostas serão aprovadas ou reprovadas tecnicamente, durante a etapa de julgamento, minimamente de acordo com os seguintes parâmetros:

- I - Verificação se o Bem permanente apresenta as conformidades nas especificação, apresentação, dentre outras informações técnicas do produto ofertado atendem ao item licitado. A avaliação será realizada por meio do Catálogo Técnico dos produtos apresentado;
- II - Análise Técnica dos Certificados, Declarações e Laudos emitidos para cada produto ofertado, quando aplicável, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;
- III - Análise do Atestado de Capacidade Técnica, se aplicável;
- IV - Verificação de histórico de uso, por meio de execução de Atas de Registros de Preços - ARPs e/ou Contratos já executados na Rede HU Brasil;
- V - Verificação de existência de histórico de notificações, alertas de restrição ou qualquer interdição;
- VI - Verificação de existência de histórico de notificações internas na Rede HU Brasil por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências;
- VII - Análise de Amostras / prova de conceito, se aplicável.

7. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O modelo de gestão, descrevendo como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela HU Brasil, constará na ARP e/ou no Contrato.

7.2. Notas de Empenho

7.2.1. As unidades contratantes poderão emitir Notas de Empenho em favor dos fornecedores contratados, conforme conveniência da Administração, respeitados os quantitativos por participante, observado o edital.

7.2.2. Registra-se que o procedimento padrão da HU Brasil é a emissão de uma Nota de Empenho mensal, por natureza de despesa, para cada fornecedor. Contudo, a unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês, a qualquer tempo, devido a oscilações de demanda ou por situações intempestivas que ensejam demandas adicionais.

7.2.3. A Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento, quando for o caso, deverão respeitar o fator embalagem dos produtos ofertados, conforme a proposta aprovada, bem como a legislação vigente que trata sobre o tema.

7.2.4. O valor mínimo para emissão de uma Nota de Empenho e Emissão da Ordem de Fornecimento por parte das unidades contratantes será o equivalente a 1% do valor estabelecido no art. 84, inciso II, do RCC 3.0.

7.2.5. Caso o valor máximo registrado na ARP ou no Contrato não atinja o percentual mencionado no item anterior, a Nota de Empenho contemplará o valor total da ARP ou do Contrato, observadas a natureza de despesa do bem e respeitados os quantitativos por participante.

7.2.6. As unidades contratantes poderão emitir dois tipos de Notas de Empenho para execução das despesas:

7.2.6.1. Empenho Ordinário - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração e será pago em uma única vez.

7.2.6.2. Empenho Global - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração, mas será pago de forma parcelada.

7.2.7. As Notas de Empenho emitidas pelo valor mínimo descrito neste tópico serão do tipo ordinário. As demais Notas de Empenho serão do tipo global.

7.2.8. As Notas de Empenho emitidas continuarão válidas mesmo após o término da vigência da ARP ou do Contrato, bem como quando inscritas em restos a pagar, quando alterado o exercício financeiro.

7.3. Troca de Marcas

7.3.1. Em casos especiais e devidamente justificados, será admitida a substituição da marca ou modelo do produto, desde que por motivo superveniente e fundamentado que inviabilize a entrega do bem originalmente contratado.

7.3.2. A alteração deverá ser formalmente solicitada pelo fornecedor, acompanhada de justificativa técnica e documentação que comprove o motivo superveniente e a observância das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Edital ou características superiores, com a manutenção integral dos preços.

7.3.3. A troca de marca só poderá ocorrer mediante análise técnica sobre a justificativa técnica e documentação apresentada pelo fornecedor e aprovação pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) ou Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC).

7.3.4. O processo de troca de marca deverá observar:

7.3.4.1. solicitação do fornecedor, com justificativa técnica e documentação;

7.3.4.2. análise e aprovação da EFC ou da EFARP;

7.3.4.3. formalização do procedimento por apostilamento, com registro no processo.

7.4. Ordem de Fornecimento

7.4.1. As unidades contratantes enviarão ao fornecedor Ordens de Fornecimento, em que constarão no mínimo as seguintes informações:

I - Identificação da Unidade Solicitante;

II - UASG do Órgão Gerenciador;

III - UASG do Órgão Participante e solicitante da Compra;

IV - Número da licitação;

V - ARP / Contrato;

VI - Dados da Nota de Empenho;

VII - Número do Item do Pregão;

VIII - Código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;

IX - Código Interno de Padronização da Empresa - Código HU Brasil, quando aplicável;

X - Código Interno do Sistema de Controle - Código AGHUX; quando aplicável;

XI - Descrição do Produto, com apresentação e marca;

XII - Valor Unitário do Item;

XIII - Quantidade a ser empenhada do item;

XIV - Valor total;

XV - Prazo para Entrega, conforme edital;

XVI - Data Prevista para Entrega;

XVII - Endereço, horários e contatos para entrega;

XVIII - Modelo de parcelamento de entrega;

XIX - Informações gerais sobre a execução do objeto e sanções administrativas.

7.4.2. A Ordem de Fornecimento só poderá ser enviada por representantes da EFARP (Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços) ou SGE (Setor de Gestão de Estoque).

7.4.3. Os setores/unidades/clínicas e demais profissionais de destino dos bens não estão autorizados a solicitar pedidos de compras diretamente à contratada.

7.4.4. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico: pregao@ebserh.gov.br, contendo:

- I - Número do Documento Fiscal;
- II - Data de emissão do Documento Fiscal;
- III - Data prevista para entrega.

7.5. Nota Fiscal

7.5.1. O fornecedor deverá emitir notas fiscais de venda para os produtos, devendo encaminhar o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) para a área que enviou a Ordem de Fornecimento, conforme o modelo de comunicação estabelecido neste Termo de Referência.

7.5.2. Os itens entregues deverão ser acompanhados de Nota Fiscal, que, além dos dados obrigatórios pela legislação vigente, deverá minimamente conter:

- I - Número da licitação;
- II - Nota de Empenho;
- III - Número da Ordem de Fornecimento;
- IV - Dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente);
- V - Descrição do Produto;
- VI - Fabricante;
- VII - Lote e quantidades correspondentes, quando aplicável;
- VIII - Prazo de validade, quando aplicável;
- IX - número de série;
- X - garantia do produto.

7.5.3. O fornecedor deverá obrigatoriamente destacar na Nota Fiscal a tributação a ser retida, conforme art. 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

7.5.4. Adicionalmente, a Nota Fiscal emitida deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

- I - Data de emissão posterior à de emissão da Nota de Empenho;
- II - CNPJ e endereço da HU Brasil sede, conforme emissão da Nota de Empenho;
- III - CNPJ da empresa vencedora, que deverá ser o mesmo informado nos documentos de habilitação da licitação que deu origem à Nota de Empenho.

7.5.5. Caso existam divergências, a área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento formalizará junto ao fornecedor a necessidade de Carta de Correção de informações.

7.5.6. Prazos e Condições de entrega

7.5.7. O prazo de entrega dos materiais será fixado de acordo com a localização da cidade das unidades participantes, sendo o mesmo contado após recebimento da Ordem de Fornecimento:

- a) Centro-oeste: 30 (trinta) dias corridos;
- b) Nordeste: 30 (trinta) dias corridos;
- c) Norte: 45 (quarenta e cinco) dias corridos;
- d) Sudeste: 30 (trinta) dias corridos;
- e) Sul: 30 (trinta) dias corridos.

7.5.8. A data prevista para entrega, estimada inicialmente, deve ser confirmada pelo fornecedor diretamente à unidade solicitante, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, sendo que qualquer alteração na data de entrega prevista deve ser comunicada previamente à unidade pelo fornecedor, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

7.5.9. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Almoxarifado Central da unidade hospitalar, no horário das 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência, salvo com solicitação autorizada pela área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento.

7.5.10. A data prevista para entrega ou qualquer alteração da mesma deve ser comunicada previamente pelo fornecedor à unidade hospitalar, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

7.5.11. Não serão recebidos bens permanentes e dos bens móveis não ativáveis de natureza permanente que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

7.5.12. É vedada às empresas transportadoras ou operador logístico, quando na atividade de transportador, a violação da carga transportada.

7.5.13. O descarregamento dos produtos ficará a cargo da transportadora, que deverá acondicionar as embalagens em paletes do fornecedor, respeitando a forma de empilhamento e altura definida pelo fabricante e previamente acordada com o(a) funcionário(a) responsável pelo recebimento, assim como transportar os paletes até a área de recebimento indicada.

7.5.14. O fornecedor será responsável pelo transporte dos volumes até o local designado e indicado no Edital, assegurando os recursos necessários para o transporte vertical e horizontal, bem como para a descarga. Para isso, deverá disponibilizar, se necessário, de equipamentos, máquinas e força de trabalho adequados, incluindo carros de transporte, macacos hidráulicos, paleteiras, elevadores, muncks, entre outros para a realização adequada das entregas.

7.5.15. A simples entrega de volumes lacrados, sem a devida conferência conjunta pela unidade solicitante e contratada do conteúdo destes, quando se tratar de bens de alto valor agregado e/ou equipamentos hospitalares não caracteriza a entrega do bem.

7.6. Recebimento

7.6.1. Os bens serão recebidos pelo(a) responsável pela Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque (UACE). Os materiais serão guardados para verificação posterior da EFARP ou EFC de sua conformidade.

7.6.2. Para o ateste da execução da despesa, o recebimento dos produtos irá observar:

- I - A conformidade entre a Nota de Empenho e a Nota Fiscal, com a verificação da descrição do objeto, apresentação, quantidade e valores unitários e totais;
- II - A integridade da embalagem e do conteúdo, assegurando que não houve danos ou violações durante o transporte ou armazenamento;
- III - A conformidade dos itens, acessórios e quantidades, de acordo com o especificado na contratação;

- IV - O modelo e a marca, que devem estar em conformidade com o homologado no certame;
- V - A validade e lote, quando aplicável;
- VI - O número de série;
- VII - O acondicionamento adequado, observando as condições de temperatura especificadas para o objeto;
- VIII - A funcionalidade do objeto, verificando se atende às especificações técnicas e funcionais previstas na contratação;
- IX - As emissões do TRD (Termo de Recebimento Definitivo e TRPA (Termo de Recebimento Parcial));
- X - A garantia do produto.

7.6.3. O objeto do contrato ou instrumento equivalente poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com o contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela unidade solicitante, às custas do fornecedor, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.6.4. Os bens permanentes e bens móveis não ativáveis de natureza permanente deverão ser recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da carga ou de sua instalação/montagem, após a verificação da conformidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.6.4.1. O recebimento definitivo do objeto contratado constitui o ateste da execução da despesa e é requisito para a instrução do processo de pagamento.

7.6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6.6. O prazo para a solução, pela pelo fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela HU Brasil durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6.7. O gestor do contrato ou instrumento equivalente analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao fornecedor, por escrito, as respectivas correções.

7.6.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.6.9. No ato do recebimento definitivo a carga poderá ser recusada pelo responsável, tanto de forma integral ou parcial, toda informação divergente do instrumento contratual ou equivalente, o fato gerador para a recusa, será formalmente registrado e comunicado ao fornecedor, respeitados os prazos inseridos neste instrumento.

7.6.10. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido à ausência de documentação exigível, negação por parte do fornecedor sobre a troca parcial, negação de emissão de cartas de correção e de compromisso de troca de produto, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento.

7.6.11. O recebimento do objeto contratado poderá ocorrer de forma integral ou parcial, conforme a entrega realizada pelo fornecedor. Em caso de recebimento parcial, o responsável pelo recebimento poderá aceitar o material entregue, atestando sua conformidade para utilização, desde que em condições de uso. Tanto o recebimento integral quanto o parcial serão formalizados por meio de Termo de Recebimento, que declarará a conformidade do objeto entregue. Essa formalização permitirá a liquidação e o pagamento da despesa, total ou proporcional, de acordo com a situação verificada.

7.6.12. Quando forem identificadas situações impeditivas que inviabilizem a utilização do bem, não será emitido termo de recebimento parcial, impedindo a realização de qualquer percentual de pagamento, até que todas as pendências mínimas sejam integralmente sanadas.

7.6.13. Para os itens pendentes, o fornecedor terá um prazo determinado para regularizar a entrega que poderá ser equivalente ao prazo regular de entrega previsto no edital ou contrato. Caso o fornecedor não solucione a pendência dentro do prazo estipulado, o responsável pelo recebimento deverá instruir o pagamento da nota fiscal, aplicando glosa proporcional aos quantitativos e/ou produtos em não conformidade.

7.6.14. Para solução do problema, como melhores práticas, o fornecedor poderá entregar o produto correto através de nota de simples remessa ou apresentar nota fiscal de devolução dos produtos e/ou quantidades não conformes da carga inicial. Caso o fornecedor se negue a entregar a nota fiscal de devolução, a glosa é suficiente para solução do problema. Ainda mais, nos casos em que o fornecedor não realize o recolhimento do produto em até 45 (quarenta e cinco) dias, o hospital poderá dar fim a carga em desconformidade.

7.6.15. Após a entrega dos volumes pelo fornecedor e/ou sua transportadora, a área responsável pela unidade solicitante comunicará o fornecedor do Aviso de entrega dos volumes, para agendamento da abertura das caixas.

7.6.16. O fornecedor deverá encaminhar, quando da entrega do bem, quando aplicável, os manuais de operação, sistemas e softwares ofertados, em formato impresso, digital e em português, que deverá possuir minimamente:

- I - Índice, sumário, descrição das aplicações do dispositivo, instruções operacionais claras (funções e utilização correta do bem), descrição de todos os controles da unidade e dados técnicos;
- II - Advertências necessárias para garantir a segurança do uso, quando aplicável;
- III - Todos os suprimentos auxiliares necessários para uso e segurança do operador, quando aplicável;
- IV - Os métodos, procedimentos e produtos de limpeza adequados, quando aplicável;

7.6.17. Adicionalmente, quando aplicável, também deverá ser apresentado o manual de serviço, que deverá possuir minimamente:

- I - Informações que subsidiem o primeiro atendimento técnico, incluindo orientações para resolução de problemas básicos, lista de códigos de erro e respectivas soluções possíveis;
- II - Rotinas de manutenção preventiva, quando aplicáveis;
- III - Termo de confidencialidade, quando aplicável.

7.6.18. Em casos excepcionais, autorizados pela EFC ou EFARP, o fornecedor poderá solicitar a abertura das caixas por representante da unidade solicitante, ou seja, sem a presença de representante da empresa contratada devendo, para isto, formalizar a aceitação junto a EFC ou EFARP.

7.7. **Montagem e/ou Instalação dos Bens**

7.7.1. Não será necessária a montagem e/ou instalação dos bens.

7.8. **Calibrações, qualificações e certificações**

7.8.1. Não será necessária a realização de calibrações, qualificações ou certificações.

7.9. **Assistência Técnica**

7.9.1. Não será necessária a prestação de assistência técnica.

7.10. **Notificações de Risco, Recalls ou Alertas de Tecnovigilância**

7.10.1. Caso ocorram necessidades de recall ou emissão de avisos de defeitos relacionados a qualquer um dos bens recebidos, caberá ao fornecedor contratado notificar a HU Brasil sobre tais situações.

7.10.1.1. A notificação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias, a contar do primeiro anúncio de defeito ou recall emitidos pelo fabricante ou órgão regulamentador, em qualquer parte do país.

7.11. **Treinamentos**

7.11.1. Não será necessária a realização de treinamentos.

7.12. **Crítérios de Medição e Pagamentos**

- 7.12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o ateste do documento por parte da EFC ou EFARP, ocorrerá a liquidação.
- 7.12.2. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- prazo de validade
 - data da emissão;
 - dados do contrato e do fornecedor contratado;
 - período respectivo de execução do contrato;
 - valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.12.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o processo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à HU Brasil.
- 7.12.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 65, inciso II, da RCC 3.0.
- 7.12.5. A HU Brasil realizará consulta ao Sicaf para:
- 7.12.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.12.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito da HU Brasil, como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.12.6. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da HU Brasil.
- 7.12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a HU Brasil deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do o fornecedor contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.12.8. Persistindo a irregularidade, a HU Brasil deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratado a ampla defesa.
- 7.12.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual ou equivalente, caso o fornecedor contratado não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e demais certidões de regularidade.
- 7.12.10. Os pagamentos estão condicionados a emissão dos Termos de Recebimento Definitivo (TRD) e, quando aplicável, do Termo de Recebimento Parcial (TRPA), conforme diretriz vigente.
- 7.12.10.1. O TRD (Termo de Recebimento Definitivo) é o documento formal fiscal técnico ou pela unidade responsável emitido após a regularização de todas as pendências, confirmando a plena conformidade do objeto com as especificações contratuais.
 - 7.12.10.2. O TRPA (Termo de Recebimento Parcial) é o documento formal emitido pelo fiscal técnico ou pela unidade responsável, registrando a entrega parcial do objeto, com o pagamento da parcela efetivamente recebida.
- 7.12.11. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os produtos efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente indicados pelos Contratados.
- 7.12.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.12.13. Não será permitida a antecipação do pagamento antes do cumprimento do objeto.
- 7.12.14. No caso de atraso do fornecedor contratado, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.
- 7.12.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.12.16. Independentemente do percentual de tributo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.12.17. O fornecedor contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.12.18. Caso não haja o cumprimento integral dos requisitos estabelecidos para pagamento, nenhum valor será liberado, permanecendo o processo em status de aguardando o cumprimento de requisitos.
- 7.12.19. A HU Brasil não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo fornecedor contratado que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.13. Sanções Administrativas

- 7.13.1. As cláusulas específicas que irão estabelecer as sanções administrativas relacionadas à seleção de fornecedores constam no Edital e os critérios de sanções administrativas relacionadas à gestão contratual constam na ARP e no Contrato.

8. SELEÇÃO DE FORNECEDORES

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

- O critério de julgamento será pelo menor preço unitário;
- O modo de disputa será do tipo "aberto";
- Será adotada a utilização de 4 (quatro) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais das ARPs e/ou Contratos no sistema Contratos.gov, será realizado o arredondamento para 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.
- O intervalo mínimo entre os lances será definido conforme o preço estimado de cada item, observando os respectivos percentuais do quadro abaixo:

Valor Unitário Referencial do Item	Referencial de Intervalo de Lances (%)	Intervalo de Lances que será utilizado (%)
$P(est,unit) < R\$ 500,00$	0,75 a 1,50	0,75
$R\$ 500,00 < P(est,unit) < R\$ 100.000,00$	0,50 a 0,75	0,50
$P(est,unit) > R\$ 100.000,00$	0,25 a 0,50	0,25

- 8.1.2. A variável " $P(est,unit)$ " é o preço estimado unitário para cada item do Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto.

8.2. **Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte**

- 8.2.1. Será adotada a participação exclusiva de ME/EPP para aqueles produtos cujo valor estimado seja inferior a R\$ 80.000,00.
- 8.2.2. Os itens de participação exclusiva e reservados por cota para ME/EPP estão indicados no Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto.

8.3. **Capacidade econômico-financeira**

- 8.3.1. Dispensa-se o requisito de habilitação econômico-financeira com base no § 9º do art. 65 do RCC 3.0. Esse dispositivo estabelece que, nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites do art. 84, inciso II (para bens e serviços), deverão ser exigidos apenas os requisitos de habilitação previstos nos incisos I e II do caput do referido artigo, sendo facultada a dispensa dos requisitos constantes dos incisos III a V.
- 8.3.2. Além disso, o § 9º também admite, nos casos de aquisições de bens para entrega imediata, cujo valor seja superior ao limite estabelecido no art. 84, inciso II, a dispensa do requisito de habilitação previsto no inciso IV do caput (capacidade econômico-financeira), desde que haja prévia avaliação de riscos.
- 8.3.3. Assim, para os itens/grupos de entrega imediata cujos valores sejam superiores aos limites estabelecidos no art. 84, inciso II, serão dispensados os requisitos de capacidade econômico-financeira, considerando que nesta contratação, que visa o registro de preços para aquisição de produtos para saúde, não se mostra necessária a exigência de documentos comprobatórios de capacidade econômico-financeira dos licitantes.
- 8.3.4. O SRP não gera obrigações contratuais imediatas, pois há apenas expectativa de contratações futuras, que dependerão de autorizações posteriores e da disponibilidade orçamentária. Assim, inexistente risco direto de inadimplência financeira que justifique a imposição de comprovação econômico-financeira nesta fase do certame.
- 8.3.5. Destaca-se também a natureza do objeto da contratação, cujo risco operacional é limitado, diferente da execução de obras, serviços complexos ou de outras contratações que exigem comprometimento significativo de capital. Desta forma, a comprovação econômico-financeira não se configura essencial para garantir a execução futura da ARP, ou mesmo de contrato.
- 8.3.6. A dispensa da exigência visa ainda ampliar a competitividade e a participação de fornecedores, alinhando-se ao princípio da ampla concorrência. Adicionalmente, as contratações decorrentes das ARPs estarão sujeitas a nova verificação documental quando da formalização do contrato, permitindo à HU Brasil reavaliar a capacidade do fornecedor naquele momento, garantindo segurança e eficiência.
- 8.3.7. Por fim, a dispensa dos requisitos de capacidade econômico-financeira demonstra uma decisão adequada e tecnicamente justificável, observando os princípios de proporcionalidade, eficiência e competitividade, uma vez que: não há obrigação contratual imediata, o objeto é em regra oriundo de um processo interno de padronização e de baixo risco operacional, e a decisão amplia a participação de fornecedores no processo licitatório.

8.4. **Qualificação técnica**

- 8.4.1. Será exigido atestado de capacidade técnica, nos seguintes condições de apresentação:
- 8.4.1.1. Documento emitido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado;
- 8.4.1.2. Documento deverá ser apresentado em papel timbrado, assinatura e data;
- 8.4.1.3. Documento deverá apresentar a descrição e quantidade dos produtos adquiridos;
- 8.4.1.4. Documento deverá constar no seu conteúdo o grau de satisfação;
- 8.4.2. O atesto de capacidade técnica será avaliado diante das seguintes condições:
- 8.4.2.1. Será entendido como compatível o atestado que comprove a venda de, no mínimo, 10% do total previsto para o item, sendo possível considerar a soma dos atestados.
- 8.4.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.4.2.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela HU Brasil, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5. **Outras exigências de habilitação**

- 8.5.1. As condições de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no Edital do certame.

8.6. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

9. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS**

- 9.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.
- 9.2. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
- 9.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
- 9.4. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23477.012858/2026-63, em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente, sendo dispensada no planejamento da contratação, nos termos do art. 108 do RCC 3.0.

11. **SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS**

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da natureza especializada e crítica do objeto, cuja execução demanda:
- I - Controle técnico direto pelo contratado, sem intermediação de terceiros;
- II - responsabilidade integral pela instalação, operação, suporte ou funcionamento do objeto contratado;
- III - padronização de procedimentos técnicos e rastreabilidade das atividades executadas;
- IV - garantia de uniformidade na execução, evitando fragmentação de responsabilidades;
- V - mitigação de riscos operacionais, especialmente em serviços ou equipamentos sensíveis, de impacto assistencial ou que exijam certificações específicas;
- VI - necessidade de responsabilidade única, assegurando que o contratado detenha capacidade plena e direta para atendimento dos requisitos contratuais.
- 11.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.
- 11.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do fornecedor contratado com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da HU Brasil à continuidade da contratação.

12. **CONDIÇÕES GERAIS (VERIFICAR A LISTA DE ANEXOS)**

- 12.1. Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto

- 12.2.

Anexo II - Estudo Técnico Preliminar
- 12.3.

Anexo III - Análise de Riscos
- 12.4.

Anexo IV - Modelo de Proposta
- 12.5.

Anexo V - Modelo de Ordem de Fornecimento
- 12.6.

Anexo VI - Modelo de Recebimento Definitivo
- 12.7.

Anexo VII - Modelo de Termo de Garantia
- 12.8.

Anexo VIII - Catálogo Descrição detalhada do objeto

Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)
GIULLIANE MELO FIQUENE
Assistente Administrativo
Serviço de Compras Centralizadas
Coordenadora da EPC

(assinado eletronicamente)
JOELMIR DE SOUSA ALVES
Assistente Administrativo
Serviço de Compras Centralizadas
Integrante Demandante da Equipe de Planejamento

(assinado eletronicamente)
EDUARDO MELO DE LACERDA
Chefe da Unidade de Infraestrutura, Suporte e Segurança
de Tecnologia da Informação/Huol-UFRN
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria - SEI nº 439 de 11 de dezembro de 2025, publicada no Boletim n.º 2192 de 15 de dezembro de 2025 (60068501).
Portaria - SEI nº 120 de 15 de abril de 2026, publicada no Boletim nº 2.273 de 16 de abril de 2026 (60068501).

- 12.9.

De acordo.
- 12.10.

Encaminhe-se à Coordenação de Administração para apreciação.

(assinado eletronicamente)
JULIO ANTUNES RANIERI
Chefe do Serviço de Compras Centralizadas

- 12.11.

De acordo.
- 12.12.

A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 12.13.

Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 12.14.

Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)
MAROUN SIMÃO PADILHA
Coordenador de Administração

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

À Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HU Brasil) – Hospital Universitário XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (HUXX / UFXX), Unidade Gestora (UG) XXXXXXXXXXXX.

Dados da Empresa	
Razão Social:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CEP:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Correio Eletrônico:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Telefone:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Dados Bancários:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº XX/XXXX.
Declaramos que esta oferta tem **validade de 90 (noventa) dias**.
Os bens cotados nesta proposta dispõem das seguintes características:

Item	Descrição Detalhada do Produto	Unidade de Medida	Qtde.	Marca e Fabricante	Quantidade Embalagem	Registro na Anvisa (SE COUBER)	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

Declaro ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de execução do objeto.

Declaro que os preços ofertados contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas, que a empresa possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

Anexo à Proposta: Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas; certificados, bem como demais documentos e declarações solicitadas no Termo de Referência.

(Assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cargo / Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
(local e data)

INSTRUÇÕES:

- a) A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
- b) Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).

ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
AQUISIÇÃO DE BENS - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato / ARP nº	XX/202X
Unidade Solicitante	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - UASG XXXXXXX
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXX
Solicitação de Compra nº	XXXXXXXXXX

Fornecedor Contratado	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço Eletrônico	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Apresentação	Marca	CATMAT	Cod HU Brasil	Cod. AGHU	Qtde.	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Prazo para entrega	Conforme prazos estabelecidos no Termo de Referência
Data prevista para entrega	XX/XX/202X
Condições para entrega	Conforme estabelecido no Termo de Referência
Local de entrega	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Horário de entrega	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contato para entrega	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Programação de Entrega:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Demais observações Relevantes:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Aplicação de Penalidades :	Conforme estabelecido no Edital, seus anexos, Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 0.1. Comete infração administrativa a Contratada que:
- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; e
 - e) cometer fraude fiscal.
- 0.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Compras e Contratos \(RCC\) - Ebserh/HU Brasil - v 3.0:](#)
- 0.3. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;
- Termo de Referência - SEI 60317319 SEI 23477.011895/2026-54 / pg. 16

- 0.3.1. Multa:
- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da HU Brasil, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- 0.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;
 - d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
 - e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - h) não mantiver a proposta;
 - i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 0.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
- 0.5. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.
- 0.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.
- 0.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 0.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato
Portaria de Designação nº XX/202X

ANEXO VI - MODELO DE RECEBIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato / ARP nº	XX/202X
Unidade Contratante	XX - UASG XXXXXXX
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXXX

Fornecedor Contratado	XX
CNPJ	XX
Endereço	XX
Endereço Eletrônico	XX

2. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº	XX/202X - Documento SEI nº XXXXX
Valor total	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Remessa referente aos itens entregues	1ª / 2ª / 3ª
Valor da remessa	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Data prevista para entrega dessa remessa	XX/XX/202X

3. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS RECEBIDOS

Item	Descrição TR	Apresentação	Marca	CATMAT	COD HU Brasil	COD. AGHU	Qtde.	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

*Para produtos importados obrigatório informar o país de fabricação.
*Código CATMAT obrigatório.
*Código HU Brasil e AGHU quando couber.

4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Nota Fiscal nº	XXXX
----------------	------

Data de recebimento dos materiais	XX/XX/202X
Valor Total	R\$ XXXXXX

Manifestação da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou do Contrato	
<input type="checkbox"/> Cumprimento integral das obrigações	<input type="checkbox"/> Cumprimento parcial das obrigações
Recebimento Definitivo (TRD): documento que declara a conformidade integral do objeto e atesta o recebimento, apto à liquidação e ao pagamento.	Recebimento Parcial (TRPA): documento que declara a conformidade parcial do objeto entregue, quando este estiver condições de uso ou consumo unitário, atestando o recebimento parcial, apto à liquidação e ao pagamento proporcional da despesa, conforme previsto na contratação.
Observações: XXXXXXXX	Observações (obrigatório): XXXXXXXX
A validade de todos os produtos entregues está de acordo com o previsto no Termo de Referência?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (implica em não recebimento dos itens com validade incorreta ou solicitação de Carta de Compromisso de Troca)
Houve atraso injustificado na entrega dos produtos?	<input type="checkbox"/> Sim (XX dias de atraso, resultando em aplicação de multa) <input type="checkbox"/> Não (pagamento integral)
Valor devido antes do ajuste no pagamento (referente aos itens efetivamente entregues, cumprindo os requisitos do Termo de Referência, com base na Ordem de Fornecimento)	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Valor da Multa Aplicada	R\$ XXXXXXXXX
Valor devido à empresa do fornecedor contratado (valor devido deduzido da multa)	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Atesto o recebimento definitivo ou parcial do objeto, nos termos indicados acima, após verificada a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato
Portaria de Designação nº XX/202X

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Contrato
Portaria de Designação nº XX/202X

Anexo VII - TERMO DE GARANTIA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA, confere ao _____, inscrito no CNPJ nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, a garantia prevista neste instrumento, referente aos equipamentos abaixo descritos.

1. IDENTIFICAÇÃO DOS BENS GARANTIDOS

Item	Descrição do Equipamento	Modelo	Nº de Série	Quantidade	Nota Fiscal nº	Data da Entrega / Instalação
1						
2						

Prazo de Garantia: ____ (____) meses

Termo inicial: // ____

Término previsto: // ____

2. CONDIÇÕES GERAIS DA GARANTIA

A garantia cobre vícios ou defeitos de fabricação, abrangendo manutenção corretiva, substituição de peças defeituosas por peças novas e originais, ajustes técnicos, reparos e atualizações necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo atualizações de software inerentes às funcionalidades contratadas, sem ônus a HU Brasil. A execução dos serviços será realizada pela CONTRATADA ou por assistência técnica por ela autorizada, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

3. PRAZO PARA ATENDIMENTO

Notificada formalmente, a CONTRATADA disporá de até 30 (trinta) dias para reparo ou substituição do equipamento, prazo este prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela HU Brasil. O transporte dos equipamentos durante o processo de garantia será custeado integralmente pela CONTRATADA.

4. PROCEDIMENTO PARA ACIONAMENTO DA GARANTIA

A HU Brasil deverá comunicar o defeito utilizando os canais oficiais da CONTRATADA: Telefone: _____; E-mail: _____; Horário de atendimento: _____; Endereço para envio/recebimento: _____. A solicitação deve ser acompanhada, preferencialmente, de número de série, nota fiscal, descrição do defeito e evidências como fotos, vídeos ou laudos.

5. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE utilizar os equipamentos conforme especificações técnicas; conservar documentos de aquisição; comunicar imediatamente quaisquer defeitos; enviar o equipamento adequadamente embalado quando solicitado; e abster-se de permitir intervenções técnicas por terceiros não autorizados.

6. LIMITAÇÕES DA GARANTIA

Não são cobertos danos decorrentes de mau uso, quedas, impactos, agentes da natureza, oscilações elétricas, instalação inadequada, uso de peças não originais, desgaste natural, danos causados por softwares de terceiros ou alterações indevidas do sistema, bem como qualquer intervenção técnica não autorizada.

7. HIPÓTESES DE PERDA DA GARANTIA

A garantia será invalidada em caso de violação de lacres, alterações sem autorização, utilização de peças paralelas, intervenções técnicas não autorizadas, uso inadequado ou operação em desacordo com as especificações do fabricante.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este certificado aplica-se exclusivamente aos bens identificados na tabela acima e não implica substituição imediata, salvo quando tecnicamente inviável o reparo. Os casos omissos serão regidos pela legislação pertinente e pelo contrato firmado entre as partes. O presente documento entra em vigor na data de sua emissão e permanece válido pelo prazo estipulado.

Local e Data: _____, // _____.

CONTRATADA:

Nome: _____;

Cargo: _____;

CPF: _____;

CONTRATANTE:

Nome: _____;

Cargo: _____;

CPF: _____;

Testemunhas:

Nome: _____;

CPF: _____;

Nome: _____;

CPF: _____;



Documento assinado eletronicamente por **Giulliane Melo Fiquene, Assistente Administrativo**, em 19/05/2026, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joelmir De Sousa Alves, Assistente Administrativo**, em 19/05/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Melo de Lacerda, Chefe de Unidade**, em 22/06/2026, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60317319** e o código CRC **EDBC701F**.

Referência: Processo nº 23477.011895/2026-54 SEI nº 60317319